

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PCA 7-100

**PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
DA PREFEITURA DE AERONÁUTICA DE RECIFE
(PARF) 2015-2017**

2015

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
PREFEITURA DE AERONÁUTICA DE RECIFE**



TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PCA 7-100

**PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
DA PREFEITURA DE AERONÁUTICA DE RECIFE
(PARF) 2015-2017**

2015



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
SEGUNDO COMANDO AÉREO REGIONAL

PORTARIA COMAR2 Nº 236/A6, DE 02 DE JULHO DE 2015.

Aprova o Plano Diretor de Tecnologia da Informação(PDTI) da Prefeitura de Aeronáutica de Recife (PARF) para o período de 2015-2017.

O COMANDANTE DO SEGUNDO COMANDO AÉREO REGIONAL, no uso de suas atribuições e de acordo com as orientações emanadas pelo “Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (COMIT) do COMGAR” aprovado pela Portaria no 121/EMGAR11.4, DE 06 DE outubro de 2014, resolve:

Art 1º Aprovar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação(PDTI) da Prefeitura de Aeronáutica de Recife (PARF) para o período de 2015 a 2017.

Art 2º Este Plano entra em vigor na data de sua publicação.

Maj Brig Ar JOSÉ HUGO VOLKMER
Cmt do II COMAR

(Publicado no BCA nº 127, de 9 de julho de 2015)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	9
1.1 INTRODUÇÃO.....	9
1.2 TERMOS E ABREVIACÕES.....	10
1.3 FUNDAMENTAÇÕES LEGAIS.....	10
2 VISÃO GERAL.....	12
3 DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA.....	13
4 PRINCÍPIOS E DIRETRIZES.....	14
5 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UNIDADE DE TI.....	16
6 REFERENCIAL ESTRATÉGICO DA TI DA PARF.....	17
7 RESULTADOS DO PDTI ANTERIOR.....	19
8 CRITÉRIOS DE PRIORIZAÇÃO.....	20
9 INVENTÁRIO DE NECESSIDADES.....	21
10 CONCLUSÃO.....	22

APRESENTAÇÃO

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) foi elaborado com a finalidade de prover a PARF um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos da Tecnologia da Informação.

A sua institucionalização como mais um instrumento de gestão foi prevista no Plano de Desenvolvimento Institucional 2011-2015 como uma das metas da Área de Administração, de modo que a elaboração deste documento representa um significativo avanço no desenvolvimento institucional.

A implementação do PDTI 2015-2017 começará a ser articulada a partir de sua aprovação e consequente publicação.

O plano deverá promover mudanças na forma como a gestão de TI vem se desenvolvendo na PARF. Desta forma, a TI deixa de ser apenas um custo, onde o Retorno Sobre Investimento (ROI) não fica claro para o Comandante ou Diretor para ser um investimento com geração de valor perceptível aos mesmos.

Destaca-se que uma das principais premissas em que o documento está alicerçado é proporcionar a evolução da área de TI, fazendo com que esta saia da condição de apoio operacional e passe à condição de apoio estratégico à gestão.

Considera-se a sua elaboração e implementação como um processo dinâmico e evolutivo no qual todos deverão estar inseridos, mediante as mudanças do cenário institucional.

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 INTRODUÇÃO

1.1.1 A utilização dos sistemas de Tecnologia da Informação (TI) têm se tornado ativos essenciais de uma organização, para que estas tenham condições de alcançar suas metas de forma cada vez mais eficiente. A evolução desses sistemas e o valor que eles geram para as organizações estão tornando a TI como parte inseparável do negócio. A TI, anteriormente conhecida como “Informática”, era considerada um mero “centro de custo” tanto nas instituições públicas quanto nas privadas, não apresentando nenhum retorno diretamente visível à alta gerência.

1.1.2 O objetivo da governança de TI é assegurar que as ações de TI estejam alinhadas com o negócio da organização, agregando-lhe valor. O desempenho da área de TI deve ser medido, os recursos propriamente alocados e os riscos inerentes, mitigados. Assim, é possível gerenciar e controlar as iniciativas de TI nas organizações para garantir o retorno de investimentos e a adoção de melhorias nos processos organizacionais.

1.1.3 A governança adequada da área de tecnologia da informação na Administração Pública Federal promove a proteção a informações críticas e contribui para que essas organizações atinjam seus objetivos institucionais. Além disso, garantir a correta aplicação dos recursos empregados em tecnologia da informação se torna cada vez mais importante, tendo em vista que somente na Administração Federal o gasto em TI ultrapassa seis bilhões de reais por ano, segundo dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) e do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest), obtidos pela Sefti em levantamento realizado em 2007 (TC-007.972/2007-8).

1.1.4 Em 2012, novo levantamento foi realizado, mais detalhado, tendo sido possível detectar evidências de melhoria na governança das organizações públicas federais em relação aos levantamentos anteriores. As organizações públicas na faixa inicial de capacidade em governança eram 57% em 2010, mas esse número caiu para 34% em 2012; na faixa intermediária estavam 30% das organizações públicas, mas esse número subiu para 50% em 2012; finalmente, na faixa aprimorada encontravam-se apenas 5% das organizações públicas, tendo aumentado para 16% em 2012.

1.1.5 Além disso, o Acórdão **2585/2012-TCU-Plenário** enfatizou a necessidade de dar transparência ao plano estratégico institucional e de TI, de identificar claramente os processos críticos de negócio e designar os gestores de sistema de informação que dão suporte a esses processos, e de promover melhorias na gestão de pessoas de TI. Também recomendou à Secretaria do Orçamento Federal que sejam definidos critérios práticos de alocação de recursos públicos para tecnologia da informação, considerando métricas de risco, eficácia e efetividade da aplicação desses recursos, bem como os planos de melhoria de governança de tecnologia da informação das instituições com maiores riscos.

1.1.6 Nesse sentido, a STI definiu, como principal objetivo para o biênio de 2015-2016, a adoção de modelos de governança de TI (ITIL e COBIT) customizados para a realidade da OM e a documentação de todos os processos técnicos e administrativos, o registro de indicadores que servirão como insumos principais para a tomada de decisões, bem como manter a transparência das operações e custos da seção para a alta administração.

1.2 TERMOS E ABREVIACÕES

1.2.1 APF - Administração Pública Federal.

1.2.2 STI - Seção de Tecnologia da Informação (da PARF).

1.2.3 NPA - Norma Padrão de Ação.

1.2.4 PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação.

1.2.5 TI - Tecnologia da Informação.

1.2.6 PARF - Prefeitura de Aeronáutica de Recife.

1.2.7 COBIT V.5 - Control Objectives for Information and related Technology, versão 5.

1.2.8 ITIL V.3 - Information Technology Infrastructure Library, versão 3.

1.3 FUNDAMENTAÇÕES LEGAIS

O planejamento é uma obrigação legal, conforme a Constituição Federal de 1988, art. 174:

“Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.”

Cabe salientar também que a Constituição estabelece a eficiência como um dos princípios da Administração Pública. E não é possível ser eficiente sem planejamento.

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]”

Segundo o Decreto-Lei nº 200/1967, o planejamento é um princípio fundamental da Administração Pública Federal (APF):

“Art. 6º As atividades da Administração Federal obedecerão aos seguintes princípios fundamentais:

I - Planejamento.

II - Coordenação.

III - Descentralização.

IV - Delegação de Competência.

V - Controle.”

O Acórdão 2585/2012-TCU-Plenário enfatizou a necessidade de dar transparência ao plano estratégico institucional e de TI, de identificar claramente os processos críticos de negócio e designar os gestores de sistema de informação que dão suporte a esses processos, e de promover melhorias na gestão de pessoas de TI. Também recomendou à Secretaria do Orçamento Federal que sejam definidos critérios práticos de alocação de recursos públicos para tecnologia da informação, considerando métricas de risco, eficácia e efetividade da aplicação desses recursos, bem como os planos de melhoria de governança de tecnologia da informação das instituições com maiores riscos.

2 VISÃO GERAL

2.1 Com a aprovação da Instrução Normativa nº 04/2010 do SISP e do Decreto nº 7.579, de 11 de Outubro de 2011, tornou-se necessária a elaboração do PDTI por parte das Organizações Militares.

2.2 O PDTI está alinhado ao PLANSET – PCA 11-54, para o período de 2012-2015.

2.3 O uso racional e econômico dos recursos de informática deve fazer parte do planejamento na busca da efetividade na administração, devendo ser redistribuídos os equipamentos substituídos por evolução tecnológica que ainda tenham serventia.

2.4 A Metodologia aplicada será a proposta pelo Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

3 DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

3.1 TCU – GOVERNANÇA PÚBLICA: Referencial Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública e Ações Indutoras de Melhoria. Brasília, 2014.

3.2 Guia de Elaboração do PDTI.

(http://sisp.gov.br/guiapdti/wiki/download/file/Guia_de_Elaboração_de_PDTI_v1.0_-_versao_digital_com_capa.pdf).

3.3 ICA11-39 Programa de Trabalho Anual do II COMAR 2015-2016.

3.4 PCA 7-13 Plano para a implantação da gestão de pessoas por competências no STI.

3.5 IN 04 Instrução Normativa Nº 04, de 12 de novembro de 2010.

3.6 NSCA 7-5 Aquisição de bens, serviços e material de consumo de tecnologia da informação.

3.7 Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2013-2014 do CIAAR.

4 PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

4.1 O contexto estratégico da área de TI é delimitado por legislações, diretrizes governamentais, recomendações, melhores práticas e o estágio atual da área de TI da PARF. Dentro deste cenário, os princípios e as respectivas fontes que guiaram a elaboração deste PDTI foram os seguintes:

- a) princípio 1 – promover o alinhamento da área de TI com as políticas públicas e diretrizes prioritárias da PARF utilizando a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação – EGTI 2010;
- b) princípio 2 – adotar como princípio fundamental a busca da melhoria da eficiência dos processos de TI, como forma de avançar em direção à melhoria da maturidade da área de TI da PARF: *Control Objectives for Information and related Technology* (COBIT), *Information Technology Infrastructure Library* (ITIL) e *Capability Maturity Model Integration* (CMMI);
- c) princípio 3 – terceirizar atividades de execução, possibilitando a atuação dos servidores do COMGAR em atividades de gestão e governança de TI, de acordo com o Decreto-Lei nº 200/1967; e
- d) princípio 4 - promover a otimização de recursos e investimentos em TI, tanto com a priorização da adoção de soluções baseadas em software livre quanto na utilização de soluções de mercado que venham a promover ganhos efetivos para a organização, de acordo com a IN 01/2011.

4.2 A Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) publicou em 18 de fevereiro de 2010, a EGTI, que apresenta as ações de TI definidas para a Administração Pública Federal. Desta forma, este PDTI objetiva promover o alinhamento das ações de TI da PARF às políticas de TI publicadas na EGTI. Além de estratégias básicas definidas pela SLTI, a área de TI da PARF define alguns princípios estratégicos estruturantes para esta área, sendo alguns comuns a qualquer área de TI da Administração Pública Federal e por isso, recomendadas pelas melhores práticas de TI, outros são decorrentes da condição atual da área de TI da PARF. Dentro deste cenário, são apresentadas, a seguir, as diretrizes que guiaram a elaboração deste PDTI:

- a) diretriz 1 – promover a implantação de um modelo de governança de TI, baseado nas orientações do Órgão Central de TI do COMAER e nas melhores práticas de Mercado;
- b) diretriz 2 – investir no aumento da produtividade e otimização dos recursos de TI;
- c) diretriz 3 – garantir atendimento de qualidade aos usuários;
- d) diretriz 4 – buscar a melhoria contínua da infraestrutura de TI;
- e) diretriz 5 – garantir a segurança da informação;

- f) diretriz 6 – pautar o processo de aquisição de software e o desenvolvimento de sistemas nos princípios e no uso de software público;
- g) diretriz 7 – aperfeiçoar o processo de planejamento de TI e o funcionamento do Comitê de Tecnologia da Informação (CTI); e
- h) diretriz 8 – implementar ações para formação de Redes de Conhecimento Institucional.

5 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UNIDADE DE TI

5.1 A equipe está composta por um Oficial Subalterno, um graduado e um soldado realizando serviços nas mais diversas áreas relacionadas a TI.

5.2 O parque tecnológico está composto por 29 máquinas, consideradas em bom estado e 2 servidores, rede de dados com tráfego em megabytes.

5.3 A infraestrutura é considerada satisfatória para o trabalho que se destina e quanto à capacidade de absorção para futuras expansões. Os recursos humanos necessitam de treinamento na área de infraestrutura de redes, governança de TI e desenvolvimento de sistemas.

5.4 O organograma da estrutura organizacional da PARF está apresentado a seguir.

5.5 A Seção de Informática (SINF) fica subordinada a Divisão Administrativa da PARF (DADM).

5.6 O organograma da SINF da PARF está descrito a seguir. A SINF é a área responsável pela parte técnica da TI, tendo como atividade manter, coordenar, desenvolver e auxiliar a TI na PARF. A SINF gerencia as áreas de governança, infraestrutura, desenvolvimento, suporte, web e banco de dados.



5.7 O organograma atual da STI está dividido em suas principais áreas de atuação atendendo às suas necessidades atuais.

6 REFERENCIAL ESTRATÉGICO DA TI DA PARF

6.1 MISSÃO

Prover soluções em Tecnologia da Informação ao efetivo dessa prefeitura, manter a capacidade de gestão e execução da TI, visando atender plenamente os objetivos estratégicos da organização.

6.2 VISÃO

Aumentar a eficiência e a eficácia no atendimento aos seus usuários através da inovação tecnológica e do gerenciamento e otimização dos processos e projetos de TI e buscar sempre pela qualidade e presteza no provimento de soluções de TI.

6.3 VALORES

Os valores da SINF da PARF são:

- a) qualidade, eficiência, eficácia e prontidão do atendimento;
- b) ética, gerar e manter a credibilidade;
- c) inovação;
- d) alinhamento e comprometimento com os valores da organização;
- e) confiança, educação e respeito para com seus colaboradores, clientes e fornecedores;
- f) comprometimento e profissionalismo; e
- g) proatividade.

6.4 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DE TI

Os objetivos estratégicos da SINF da PARF são:

- a) executar e controlar as atividades relacionadas à TI da PARF;
- b) melhorar a infraestrutura de TI;
- c) instituir redes de conhecimento para fomentar as boas práticas de TI;
- d) adequar a diretriz de Segurança da Informação da PARF às normas pertinentes, estabelecendo e verificando sua aplicação; e
- e) realizar prospecção de novas tecnologias.

6.5 ANÁLISE DE SWOT DA TI ORGANIZACIONAL

Ambiente Interno	Ambiente Externo
Forças <ul style="list-style-type: none">▪ Adaptabilidade a mudanças.▪ Alto comprometimento da equipe técnica de TI.▪ Capacidade de aprendizado e inovação.▪ Existência de planos de aquisição e ressurgimentos para materiais e serviços.	Oportunidades <ul style="list-style-type: none">▪ Dependência crescente da TI.▪ Integração de objetivos com órgãos de controle.▪ Aumento do reconhecimento do Software Livre e Público junto à administração pública.
Fraquezas <ul style="list-style-type: none">▪ Baixa capacitação técnica do efetivo.▪ Número insuficiente de efetivo na SINF.▪ Ausência de infraestrutura de suporte e desenvolvimento de sistemas de informação.▪ Parque tecnológico desatualizado.	Ameaças <ul style="list-style-type: none">▪ Ataques cibernéticos aos sistemas de TI.▪ Contingenciamento dos recursos orçamentários.▪ Velocidade dos avanços tecnológicos.

7 RESULTADOS DO PDTI ANTERIOR

A PARF não possui PDTI anterior aprovado.

8 CRITÉRIOS DE PRIORIZAÇÃO

Neste PDTI foi utilizado o método da matriz GUT de Kepner e Tregoe para o critério de priorização. Foi utilizado como parâmetro pontos de 1 a 5, com a seguinte interpretação: quanto menor o valor descrito na coluna GUT maior a prioridade.

8.1 NECESSIDADES IDENTIFICADAS

Id	Necessidade (problema/opportunidade)	Indicadores	Origem dos dados do Indicador	Fonte	Gravidade	Urgência	Tendência	GUT
N1	Aquisição (substituição) do parque tecnológico do GIA.	Percentual de equipamentos em processo de obsolescência no período.	Avaliação das necessidades de infraestrutura e equipamentos de TI.	Infraestrutura de TI.	1	1	2	2
N2	Implementação de infraestrutura de segurança da informação.	Nível de confiabilidade, disponibilidade, vulnerabilidade dos sistemas de informação.	Criticidade das informações e dos ativos.	Infraestrutura / Serviços de TI.	3	3	3	27
N3	Otimização dos recursos de hardware e software.	Percentual de utilização da capacidade dos equipamentos de hardware	Avaliação das necessidades de serviços de TI.	Serviços de TI.	1	1	1	1
N4	Implementação de Governança de TI.	Percentual de boas práticas implementadas.	Objetivo Setorial e Projeto do PLANSET 2012.	Serviços de TI.	3	3	3	27
N5	Otimização da infraestrutura da rede de comunicação de dados.	Nível de confiabilidade, disponibilidade, continuidade dos sistemas de informação.	Objetivo Setorial e Projeto do PLANSET 2012.	Infraestrutura / Serviços de TI.	4	4	4	64
N6	Desenvolvimento e implantação de um sistema de capacitação profissional, que comporte os processos e a lógica (dinâmica) interna do setor.	Percentual de execução do projeto (previsto/realizado)	Avaliação das necessidades de soluções de software.	Serviços de TI.	4	4	4	64

9 INVENTÁRIO DE NECESSIDADES

9.1 NECESSIDADES MAPEADAS PARA 2015-2017

O planejamento financeiro de 2015 foi baseado em cinco necessidades principais:

- f) renovação do parque informático da PARF;
- g) aquisição de ativos de rede: estabilizadores, no-breaks, racks e switches;
- h) aquisição de licenças de software; e
- i) capacitação do pessoal técnico da STI.

9.2 CUSTO ESTIMADO PARA 2015-2017

Em função dos objetivos proposto neste PDTI, a STI da PARF possui uma estimativa de custo previsto no período citado, o valor total de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

10 CONCLUSÃO

O alcance efetivo de uma maior maturidade da STI só é possível com o apoio das seções fim (que fazem a utilização de equipamentos e serviços de TI) bem como com o apoio da alta administração. Todas as ações da STI devem, obrigatoriamente, estar alinhadas aos objetivos estratégicos da Organização.